

2

Linguagem e Psicanálise

...a partir do surgimento da linguagem, todos os objetos do mundo passaram a ser significativos. Ao ser através do qual a palavra fez sua emergência – e que foi por ela constituído – chamamos *homem*. A palavra não fez sua emergência no homem; o homem é um efeito dessa emergência. (Garcia-Roza, 1990, p.16)

Neste primeiro capítulo, apresentaremos um panorama da filosofia da linguagem, dando ênfase à pragmática de J.L. Austin, nosso principal interlocutor deste campo de estudos. Logo a seguir, faremos uma breve explanação a respeito da articulação empreendida sob o eixo de pensamento – Austin e psicanálise – com o intuito de ambientar o leitor na discussão que se trará ao longo da dissertação.

2.1

A ascensão da linguagem em filosofia

A valorização da linguagem ganha força na filosofia contemporânea. Esta, por sua vez, pode ser vista como resultado da crise do pensamento moderno, ocorrida no século XIX. O ponto central desta crise recaiu sobre o problemático solipsismo que o projeto moderno fatalmente conduzia. Sucintamente, podemos dizer que o pensamento filosófico moderno se caracterizava pela tentativa de colocar o sujeito pensante como fundamento de toda e qualquer possibilidade de conhecimento, seja de uma perspectiva racionalista ou empirista. As primeiras reações a esse pensamento podem ser encontradas em Hegel (que mostra a importância do processo histórico na formação da consciência) e em Marx (que questiona seus pressupostos idealistas). (Marcondes, 2001)

É justamente através da questão do solipsismo que será feita a ponte para a linguagem. Retomando rapidamente a filosofia cartesiana, podemos nos lembrar que o enorme peso dado à existência do pensamento como única realidade que não se podia duvidar, criou um engodo para sua própria teoria: se seu objetivo era fundamentar a ciência, como superar esse idealismo? Toda a filosofia moderna se esforçou para dar conta deste problema, mas não gerou

muita satisfação. Calcar a possibilidade de conhecimento numa consciência individual, considerada em si mesma, deixa em aberto a explicação da relação entre esta consciência e o mundo. Se o conhecimento é subjetivo como garantir sua autenticidade? Como saber se as conclusões alcançadas por mim serão iguais às de outras pessoas?

A linguagem surge, assim, como uma possível solução para estas questões. Ela se constitui como alternativa de explicação de nossa relação com o mundo, com a realidade, sendo uma relação de significação. (Marcondes, 2001). Em fins do século XIX e início do século XX, o tema da linguagem surge como ponto central de diversas correntes teóricas, não apenas em filosofia, embora receba em cada uma diferentes formas de tratamento. Dentre estas correntes queremos destacar o *estruturalismo* lingüístico de Ferdinand Saussure, que posteriormente veio a influenciar outras áreas de saber como a antropologia, a história e a psicanálise; e também a *filosofia analítica da linguagem*, desenvolvida por Ludwig Wittgenstein (nos referimos aqui à primeira fase de sua obra, representada por seu *Tractatus Logico-philosophicus*).

Todas essas correntes, de uma maneira ou de outra, tentam romper com a concepção *tradicional* ou *clássica* da linguagem, para a qual a língua tem como função o esforço de representar algo que se encontra na forma de um pensamento, sendo, portanto, um ato puramente mental e subjetivo. Aqui, a linguagem é pensada como o meio de expressão dos pensamentos, que podem se formar sem ela, e de representação de uma realidade, que a ela preexiste. Admite-se sua função comunicativa e de meio de estabelecimento de relações sociais, mas esta função é pensada como secundária. Trata-se de uma concepção subjetivista e individualista da linguagem. (Almeida, 1986)

Dada sua relevância aos estudos da linguagem, gostaríamos de nos remeter brevemente à lingüística estrutural de Saussure. Ela é marcada por uma série de dicotomias, sendo a primeira e mais fundamental a dicotomia entre língua e fala. Para Saussure, o objeto primordial da lingüística é a língua: ela comporta o aspecto social, coletivo e essencial da linguagem, já que se apresenta como um sistema de signos inerente a todo ser humano e que predetermina tudo o que venha a ser dito por alguém. Aquilo que é dito, ou seja, a fala é apenas uma manifestação individual e acidental deste sistema, não podendo ser confundida com a língua. Após o advento do estruturalismo de Saussure, tornou-se comum,

como nos diz Ducrot (1977), a declaração de que a principal atribuição da língua seria a comunicação. A língua seria uma espécie de código (sistema de signos) que possibilitaria a transmissão de informações, sendo esta sua principal função. Assim, a grande novidade é que o destinatário da comunicação, ou seja, do ato de fala, passa a fazer parte do jogo lingüístico. No entanto, o ouvinte entra em cena apenas de forma passiva. Falante e ouvinte fazem parte de um circuito fechado, sendo a comunicação possível pelo fato de ambos fazerem parte do mesmo código. Saussure esforça-se por manter a lingüística como uma ciência da língua, descartando o que é contingente e restringindo-se metodologicamente ao que é normativo, desta forma tratando objetivamente a língua e abstraindo-se assim “tanto da história quanto dos sujeitos que falam”. (Rudge, 1998, p.91)

Um caminho diferente foi traçado pela *filosofia analítica da linguagem* na tentativa de superar o subjetivismo tão pregnante até o início do século XX. Num artigo sobre a filosofia da linguagem, Marcondes (1986), ao expor o pensamento de M. Dummett a respeito da passagem da filosofia clássica para a moderna e desta para a filosofia da linguagem, nos auxilia a clarificar estes movimentos. Segundo Dummett, a filosofia analítica é inaugurada por Frege, e seu surgimento representa uma ruptura com a tradição filosófica moderna:

Assim como para a tradição clássica a metafísica, em especial a *ontologia* era considerada como *filosofia primeira*; sendo o ponto de partida, o centro do sistema filosófico a questão sobre o ser, o real; a filosofia moderna que se inicia com Descartes, passará a ter como ponto de partida a *epistemologia*. A questão sobre o *conhecimento*, sua possibilidade, sua justificação, seu fundamento, precede portanto qualquer outra na constituição do projeto filosófico. Frege, por sua vez, colocará a questão sobre a *linguagem*, mais especificamente a questão sobre o *significado*, no centro das preocupações do filósofo. Antes de resolver a questão sobre o ser, o real; é preciso resolver a questão sobre como podemos falar sobre o real, como podemos dizer algo sobre o real que tenha significado, que seja verdadeiro e que possa ser compreendido. (...) Esta ruptura, segundo Dummett, caracteriza a passagem da *filosofia da consciência* para a *filosofia da linguagem* e equivale à possibilidade de superação do subjetivismo, do psicologismo, do solipsismo. (Marcondes, 1986, p.75 - grifos no original)

A filosofia da linguagem do século vinte caracteriza-se, portanto, por um privilégio da noção de significado, mas isto não se deu de modo unívoco. Podemos dizer que houve uma dupla abordagem no que diz respeito a esta noção: uma, entende que o veículo do significado seja uma *expressão* lingüística, isto é, concebe o fenômeno do significado sob a forma de relações que se dão entre a linguagem e o mundo, a partir de linguagens formalizadas; em contrapartida, uma

outra abordagem entende que a pesquisa do significado deve ser desenvolvida no contexto da linguagem corrente. O que há de comum é a idéia de que as questões filosóficas podem ser clarificadas através de um estudo da linguagem. (Alcoforado; Landim, 1986) Vejamos mais de perto estas duas vertentes.

A primeira vertente propõe que os problemas filosóficos devem ser estudados e tratados através da análise lógica da linguagem, posição também compartilhada pelo chamado *positivismo lógico*. A língua é entendida não no sentido de um idioma, mas como uma estrutura lógica subjacente a toda forma de representação: lingüísticas e mentais. (Marcondes, 2001). Assim, um juízo em relação a algo passa a ser interpretado não como um ato mental, subjetivo, mas como dotado de forma lógica; seu significado e veracidade podem ser analisados verificando-se a relação que ele estabelece com a realidade que representa, já que haveria um isomorfismo entre eles. Podemos dizer então que haveria uma correspondência entre linguagem e realidade, e que esta correspondência determinaria se um juízo é verdadeiro ou falso.

Por volta de 1940, começa a ganhar força uma outra vertente da filosofia analítica que foi denominada *filosofia da linguagem ordinária*. Ela foi desenvolvida principalmente na Inglaterra, pela chamada escola de Oxford, inicialmente por Gilbert Ryle (1900-76) e J.L. Austin (1911-60). (Marcondes, 2001). Sua principal diferença em relação à análise lógica da linguagem é a valorização dada ao aspecto comunicacional, mas não apenas no sentido restrito de informar. Estes teóricos reconhecem na língua inúmeras outras funções que ultrapassam o simples caráter de transmissão de informações que nas palavras de Ducrot são “funções que ela preenche, tornando possíveis atos que lhe são específicos – e que não tem nenhum caráter natural – como os de interrogar, ordenar, prometer, permitir...etc.” (Ducrot, 1977, p.12). Ao invés de se deter numa análise da língua, a filosofia da linguagem ordinária interessa-se primordialmente pela fala, ou seja, pelo uso da linguagem entre os falantes. Marcondes resume de forma bastante clara:

Trata-se basicamente de uma visão filosófica segundo a qual o estudo da linguagem deve ser realizado em uma perspectiva pragmática, ou seja, enquanto prática social concreta, examinando portanto a constituição do significado lingüístico a partir da interação entre falante e ouvinte, do contexto de uso, dos elementos sócio-culturais pressupostos pelo uso, e dos objetivos, efeitos e conseqüências desses usos. (Marcondes, 2000, p.40)

Nesta vertente não faz sentido falar de verdade enquanto correspondência com a realidade, já que tanto a noção de verdade como de realidade perdem seu caráter absoluto, devendo ser contextualizadas e não podendo ser vistas como independentes da linguagem em que são formuladas. Assim, a idéia de significado ganha nova conotação: para saber o significado de uma palavra é preciso analisar como ela está sendo empregada na fala cotidiana. Mais conhecida como *pragmática*, esta vertente apresentou uma grande novidade nos estudos da linguagem. Ela passou a considerar como signo a enunciação e não o enunciado. Até então se separava o sentido semântico do sentido pragmático, sendo o primeiro, de direito, enquanto o segundo, um sentido que lhe foi acrescentado pelo fato de sua enunciação. A semântica examina os signos lingüísticos em sua relação com os objetos que designam, ou seja, seu referente. O sentido de um enunciado era definido a partir de seu conteúdo representativo, de tal forma que o sentido deveria estar estreitamente ligado às condições de verdade/falsidade dos enunciados. Já a pragmática preocupa-se com a utilização dos enunciados pelos sujeitos falantes. A diferença entre o sentido pragmático e o sentido semântico é que o primeiro é para alguém em uma dada situação, enquanto que o segundo deve valer para todos em qualquer situação. Só haveria regra para a determinação do sentido semântico. O sentido pragmático dependeria do que o enunciado evoca em cada um dos interlocutores em uma dada situação de enunciação.

No entanto, o sentido pragmático não é tão arbitrário como pode vir a parecer. Ele apenas deve ser concebido vinculado aos contextos em que são formulados. Como diz Marcondes: “A consideração do uso envolve portanto a determinação das regras e condições de uso que caracterizam os contextos específicos em que o significado se constitui” (2000, p.42). Portanto, o significado de um ato de fala não pode ser desvinculado do contexto no qual foi produzido, o que nos fornece dados para pensar sobre a especificidade da fala numa situação clínica.

2.2

A pragmática de John Langshaw Austin

A teoria dos atos de fala desenvolvida por Austin nos parece ser uma via bastante promissora para se pensar o estatuto da linguagem em psicanálise. Acompanhando seus pormenores, perceberemos pontos de contato entre ambas. Nossa intenção, não é de modo algum defender a idéia simplista de que “elas falam a mesma coisa de maneiras diferentes”, mas sim mostrar como os conceitos da teoria austiniana funcionam como operadores privilegiados de uma possível leitura da psicanálise. Vale lembrar que quando nos referimos à psicanálise estamos falando especialmente da obra freudiana, na qual nossos estudos estão calcados. Outra ressalva que deve ser feita é que não queremos impor a pragmática à psicanálise, mas perceber, no texto freudiano, momentos em que este adota uma postura sobre a linguagem que hoje em dia pode ser considerada pragmática.

Passemos às idéias de Austin. As principais características de sua teoria são: interesse pelo uso cotidiano da linguagem; ênfase no caráter contratual ou de compromisso que o ato de fala instaura entre os falantes, que pode ser evidenciado numa expressão utilizada por ele “nossa palavra é nosso penhor” (Austin, 1990, p.27); a importância do contexto na produção de um ato de fala; a concepção da linguagem como ato; a transposição do critério de verdade/falsidade de um enunciado para o de felicidade/infelicidade do mesmo.

Sua “doutrina” dos atos de fala, pode ser encontrada em seu livro *How to Do Things with Words*, traduzido para o português como *Quando dizer é fazer* (1990), que na verdade é formado pela transcrição de uma série de conferências e aulas dadas pelo autor. Neste livro, a descrição proposta por ele dos atos de fala levanta uma questão anteriormente não trabalhada nos estudos de linguagem. Investigando os enunciados ele observa que existem enunciados que não são descritivos, nem relatam, nem constatarem algo. Propõe então uma distinção entre enunciados constatarem que seriam estes que descrevem fatos e outros que nada descrevem, relatam ou constatarem, os quais denominou performativos. Estes são pragmáticos, fazem coisas. Para ser um performativo o enunciado deve, ao ser proferido, realizar a ação enunciada. Um exemplo que se tornou uma espécie de paradigma do performativo é o ato de prometer. Dizer “eu prometo” é realizar a

ação de prometer, o que é totalmente distinto de dizer “eu corro” (neste caso trata-se de uma descrição). Da mesma forma, “eu te condeno”, “eu te parablenizo”, “eu declaro”, são enunciados performativos. (Austin, 1990). Nestes enunciados, o critério de análise quanto à verdade ou falsidade torna-se sem sentido, já que eles não mantêm nenhuma relação de adequação a fatos ou dados (característica do constativo).

Segundo Marcondes (1986), assim como a filosofia da linguagem representou uma ruptura com a filosofia da consciência, uma teoria da fala como ato (projeto de Austin) representa uma ruptura com a teoria do significado. Isto não significa um abandono do significado, mas uma mudança de perspectiva em relação a ele: o significado deve ser considerado a partir do conceito de ação.

A partir do momento que a fala é entendida como ato, o que passa a importar é a eficácia da enunciação, daí a adoção do critério de enunciados felizes ou infelizes. Mas o que seria um enunciado feliz? O autor postula algumas condições de felicidade para os enunciados. Um bloco dessas condições se refere ao contexto, às circunstâncias sociais que devem ser apropriadas. Ele diz que deve existir um “procedimento convencionalmente aceito” (Austin, 1990, p.31) para que o performativo seja feliz. A transgressão ou ausência destas condições resultará em *desacertos*. Um outro bloco liga-se mais à própria execução do enunciado, na qual os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada. Estas condições levam em conta as circunstâncias subjetivas e caso não sejam cumpridas resultarão em *abusos*.

Os desacertos e os abusos são, portanto, casos de infelicidades. Quando ocorrem desacertos, o ato de fala é nulo; por exemplo, se o interlocutor a quem o performativo se dirige não entende corretamente o que foi dito. No caso dos abusos, os atos não são anulados, embora sejam atos *vazios*. Isto ocorre quando os sentimentos, pensamentos ou intenções de quem está falando são opostos ou apenas diferentes daquilo que está dizendo, por exemplo, quando alguém promete sem a intenção de cumprir. Ao definir este último tipo de infelicidade fica bem clara a concepção de Austin da palavra como penhor, isto é, do caráter contratual dos atos de fala.

Feita desta forma, a definição de um enunciado performativo poderia ser interpretada de duas formas. Na primeira, a ação deslanchada pelo enunciado pode ser tida como consequência da significação do que foi dito. Na segunda, seu valor

de ação é constitutivo de seu sentido, e seu emprego é a própria realização da ação. A segunda solução, certamente, é a adotada por Austin, mas como determinar se um enunciado é performativo? Justamente quando tenta responder esta questão, examinando possíveis critérios que garantissem a distinção entre constataivos e performativos, ele vai sendo levado a dar um novo tratamento ao problema. Vejamos, os percalços que o autor vai enfrentando ao tentar sustentar esta distinção.

Considerar que os constataivos são verdadeiros ou falsos, enquanto os performativos são felizes ou infelizes, por si só, não seria suficiente, já que pode haver contaminações entre ambos. Acompanhemos o raciocínio do próprio autor:

Se o proferimento performativo ‘Peço desculpas’ é feliz, então a declaração de que estou pedindo desculpas é verdadeira (...) Se certos tipos de proferimentos performativos, por exemplo, os contratuais, são felizes, então são verdadeiras as declarações que afirmam que devo ou não devo fazer algo subseqüentemente. (Austin, 1990, p.57)

A partir disso, ele busca encontrar algum critério gramatical mais preciso para assegurar esta definição. Neste primeiro momento de sua teoria observamos que o autor “oscila entre uma posição que consiste em definir a linguagem a partir das regras do ato e outra que tenta definir o ato segundo as regras da linguagem”. (Preu, 2001, p.17), inclinando-se aqui para a segunda.

Uma possibilidade que o autor levanta de um critério lingüístico para caracterizar os performativos, é que, segundo sua observação, a maioria dos performativos clássicos são proferidos na *primeira pessoa do singular do presente do indicativo na voz ativa*, aos quais ele chama performativos explícitos (por exemplo, “eu prometo que estarei lá”). Mas nem todos se apresentam desta forma; existem também os performativos primários (como, “estarei lá”). Partindo daí, Austin supõe que todo proferimento que seja de fato um performativo, deve ser capaz de ser reduzido ou expandido a esta forma explícita. Mas logo aparecem as dificuldades. Como saber com que verbos isto pode ser feito?

Austin chega assim a outra tentativa de sustentar tal distinção utilizando critérios lingüísticos, propondo que os verbos performativos apresentam uma *assimetria* entre a primeira pessoa e as demais, o que não acontece com outros verbos. A forma explícita do verbo performativo é a primeira pessoa do singular

do presente do indicativo, na voz ativa. No entanto, não é qualquer verbo que, posto nessa forma gramatical, transforma-se em um proferimento performativo, mas apenas aqueles verbos que exibem esta assimetria, como por exemplo, o verbo prometer. Há uma diferença essencial entre dizer “prometo que”, e “ele promete que”; no primeiro caso estamos efetivamente realizando o ato de prometer, no segundo estamos apenas fazendo um relato. Já o verbo “fazer” não exhibe esta assimetria, pois em qualquer pessoa que for empregado - “eu faço filmes” ou “ele faz filmes” - trata-se sempre de um relato. (Almeida, 1986)

Apesar deste último ser o critério que mais se aproximaria de uma solução, também apresenta problemas; seria preciso, por exemplo, listar todos os verbos que assumem esta peculiaridade, tarefa cuja dificuldade é evidente. Austin, finalmente, admite:

Destacamos o fato de que certamente não há nenhum critério absoluto deste tipo; e de que muito provavelmente não seria viável sequer fazer uma lista de todos os critérios possíveis. Além disso, tais critérios não serviriam para distinguir os performativos dos constataivos, uma vez que é muito comum que a *mesma* sentença seja usada, em diferentes ocasiões de proferimento, das duas formas, como performativo ou como constativo. O problema parece sem solução se deixarmos os proferimentos *tal como estão* e continuarmos a buscar um critério. (Austin, 1990, p.66 – grifos no original)

2.2.1

Reformulação da teoria

Após descartar todos estes critérios, Austin reformula sua teoria. A marca desta reformulação é o transbordamento do fenômeno da performatividade sobre toda linguagem. Isto porque ele percebe que mesmo se tratando de um enunciado constativo, há um valor de ação implícito no enunciado. Utilizando um exemplo do próprio autor vemos que no constativo “o gato está no capacho”, está implícito o performativo “eu afirmo que o gato está no capacho”. Este exemplo mostra como o enunciado sempre ultrapassa suas características descritivas e de adequação aos fatos, constituindo-se em um ato de fala.

Desta maneira, praticamente todo proferimento passa a ser entendido como ato de fala, e Austin elabora então uma classificação de diferentes aspectos dos atos de fala, buscando definir o que cada um deles realiza. São eles: os aspectos

locucionários, perlocucionários e ilocucionários. Todo ato de fala é um complexo destas três dimensões; a separação, portanto, não é excludente.

O ato locucionário foi o termo utilizado por Austin para designar o ato *de* dizer algo que inclui a atividade psicofisiológica que a fala exige, o uso de certas palavras pertencentes a um código e com um determinado sentido. Este ato seria então condição para toda e qualquer fala. Perlocucionário é aquele ato do qual a fala é o instrumento, comporta tudo aquilo que se faz *por meio* da fala; é o ato de produzir certos efeitos ou conseqüências sobre os sentimentos, pensamentos ou ações das pessoas. São atos perlocucionários: convencer, persuadir, alegrar, etc. Já os atos ilocucionários são realizados *ao* dizer algo. Quando dizemos algo, de que maneira a locução está sendo utilizada? Ela tem a força de uma pergunta, de uma ordem ou de uma crítica? Austin vai chamar esta força presente nos atos de fala de “ilocucionária”, marcando bem sua distinção quanto ao significado do enunciado (pertencente à dimensão locucionária). É ela que determina como a frase deve ser compreendida. Estes tipos de atos ilocucionários não são nem condição para fala, nem efeito da mesma; são atos realizados na fala. Eles não se referem às conseqüências da locução (ato perlocucionário), mas sim “às convenções de força ilocucionária relacionadas com as circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento é emitido”. (Austin, 1990, p.99). Exemplos de atos ilocucionários são prometer, ordenar, perguntar, aconselhar, etc.

Para simplificar: sempre que algo é dito (ato locucionário), é dito de uma determinada maneira (força ilocucionária) e produz certos efeitos no interlocutor (efeito perlocucionário). Talvez a distinção entre o ilocucionário e perlocucionário seja a mais difícil de precisar, mas é essencial que ela fique clara. Em um artigo de Almeida encontramos a seguinte definição:

Os atos perlocucionários consistem na obtenção de um determinado efeito no interlocutor através da execução de um ato locucionário ou ilocucionário, não em virtude de uma convenção que estabeleça uma equivalência (dizer X equivale a fazer Y), mas em virtude de uma conseqüência natural, ou causal (dizer X para fazer com que Y). (...) a relação entre o meio lingüístico utilizado e o efeito perlocucionário visado é uma relação de meio e fim, portanto uma relação instrumental que depende de um nexo causal. (Almeida, 1986, p.24)

A nosso ver, esta definição é bastante esclarecedora, mas deixa de levar em conta um ponto fundamental que gostaríamos de acrescentar: o efeito visado pode não ser alcançado ou gerar outros em seu lugar, pois dependem das

condições subjetivas do ouvinte. Por este motivo, o efeito perlocucionário não é convencional.

Já o ato ilocucionário, definido como a “força” do que é dito, é estritamente ligado às convenções, na medida em que a força ilocucionária de um proferimento depende da existência de uma convenção que estipule que dizer determinadas palavras, em um determinado contexto, tem a força de realizar determinado ato (por exemplo, dizer “aceito” durante uma negociação, tem a força de um comprometimento). Portanto, é o aspecto ilocucionário do ato de fala que vai comportar a dimensão performativa da linguagem, sendo o ato privilegiado por Austin.

Ao realizar uma enunciação (locução), o locutor realiza também um ato ilocucionário onde são determinados, para ele e para seu interlocutor, papéis que são relativos ao ato produzido. Esses atos são governados por regras que modificam o status da relação entre os interlocutores. Isto aponta para a dimensão contratual dos atos de fala. Por exemplo, ao fazermos uma promessa a alguém, assumimos imediatamente uma posição de devedores e damos ao outro o direito de nos cobrar por isso. Essa transformação não é tida como um mero estado psíquico que se ligou acidentalmente à enunciação, ela é inerente ao próprio ato de prometer. Isto porque o ato ilocucionário está relacionado com a produção de certos efeitos, não no sentido tradicional de causa-efeito, mas como esclarece Austin,

(...) o sentido em que o dizer algo produz efeitos sobre outras pessoas, ou *causa* algo, é um sentido fundamentalmente distinto de ‘causa’ daquele que é usado na causação física por pressão, etc. Tem que operar através das convenções da linguagem e é uma questão de influência exercida por uma pessoa sobre outra. (Austin, 1990, p.98 –grifos no original)

Entendido o sentido dado por Austin ao ato ilocucionário, podemos apresentar seus efeitos: sua realização envolve *assegurar sua apreensão (uptake)*, ou seja, tornar compreensível o significado e a força da locução; *ter um resultado e demandar respostas*. (Austin, 1990). O ouvinte assume aqui, um papel ativo sendo também responsável pela felicidade do ato de fala, já que tem a função de compreender tanto o conteúdo do ato (sentido literal) quanto sua força. Ter um resultado significa que a partir de sua realização alguma mudança terá sido instaurada, por exemplo, “Eu vos declaro marido e mulher”, dito por um padre

numa cerimônia de casamento, tem o efeito de transformar os noivos em marido e mulher. O efeito de demandar respostas está estreitamente ligado ao fato de serem atos convencionais, fazendo com que sua realização estabeleça ou transforme uma relação com outra pessoa, como vimos no caso da promessa. Nas palavras do próprio Austin: “a frase me liga por um contrato e me compromete a fazer alguma coisa”.¹ (Ottoni, 1998, p.144)

Neste momento, a teoria dos atos de fala assume sua versão mais forte e, a nosso ver, ela já apresentaria grandes méritos por redimensionar a visão que se tinha da linguagem até então. No entanto, Austin, apesar de ter como marca uma postura livre, descompromissada, e, por vezes, bem humorada de expressar suas idéias, ainda dá mais um passo, talvez numa tentativa de dar um maior rigor à sua teoria. Ele propõe então, ainda que de maneira imprecisa (como diz o próprio autor), uma distinção entre “famílias” de atos de fala, classificados em função de sua força ilocucionária, que resumidamente, são (Austin, 1990):

- Vereditivos: consistem em emitir um veredito, um julgamento, seja oficial ou não-oficial, sobre evidências ou razões relativas ao valor ou a um fato. Exemplos: inocentar, calcular, descrever, analisar, estimar, hierarquizar, avaliar etc.
- Exercitivos: consistem no exercício de poderes, direitos ou influências; são tomadas de decisões favoráveis ou contrárias a uma certa linha de ação ou formas de advogá-la. Exemplos: ordenar, mandar, instruir, pleitear etc.
 - Comissivos: têm o propósito de “comprometer quem o usa com uma determinada linha de ação”. (p.127) Exemplos: prometer, jurar, aderir, garantir etc.
 - Comportamentais: esta classe inclui “a idéia de reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo”. (p.129) Exemplos: agradecer, deplorar, congratular, felicitar etc.
 - Expositivos: são aqueles usados “nos atos de exposição que consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e

¹ Esta passagem faz parte de uma discussão sobre o texto “Performatif-Constatif”, apresentado por Austin no encontro de Royaumont, França, em março de 1958.

referências.” (p.130) Exemplos: afirmar, negar, descrever, identificar, chamar etc.

2.3

Redefinindo a linguagem

Após esta exposição do eixo principal da teoria austiniana, vale a pena ressaltar as profundas transformações que ela produz no tratamento da linguagem. Para isso, contaremos com contribuições de alguns autores que, assim como nós, compartilham da versão mais forte desta teoria.

Todos estes pontos que destacaremos servem para corroborar nosso argumento de que a teoria dos atos de fala se constitui como uma teoria privilegiada para se pensar a linguagem em psicanálise.

2.3.1

Fusão do sujeito com a linguagem

Otoni (1998) mostra como, no percurso das reflexões de Austin, o “eu” muda de estatuto: no início o “eu” aparece como uma “entidade extralingüística” – aquele que ao realizar um ato de fala poderá vir a casar, a prometer, etc. Num segundo momento, este “eu” se funde com a linguagem; passa a ser parte integrante dela, sendo evidenciado pelo pronome na primeira pessoa do presente do indicativo. Na visão performativa a subjetividade passa a ser inerente à linguagem e a significação será fruto desta mistura, isto é, o sujeito sozinho não tem o domínio da mesma; o significado do ato de fala vai depender tanto do sujeito que fala como do contexto e momento da enunciação.

Quando foi buscar na linguagem regras que pudessem definir o ato, ele parece ter achado, justamente, as regras do ato que determinam a fala: a subjetividade referida (primeira pessoa do singular) e a situação enunciativa (presente imediato). (Preu, 2001, p.17)

2.3.2

A questão da referência

A referência concebida de modo tradicional como uma relação de correspondência entre linguagem e mundo, que garantiria a verdade ou falsidade de um enunciado, estando atrelada à noção de sentido e significado, já não é mais compatível com a definição dos performativos. Ottoni (1998) destaca que estes realizam uma ação, portanto, a referência é de outro tipo; ela é deslocada para o contexto, para o “momento da performatividade”, ou seja, para o momento da enunciação. Daí o performativo será feliz ou infeliz, caso a ação se realize ou não. A referência se constitui no momento em que há o reconhecimento por parte dos interlocutores de que algo está assegurado (*uptake*). Austin chega a dizer que “a referência depende do conhecimento que se tem ao emitir o proferimento” (Austin, 1990, p.119), flexibilizando ainda mais a noção de referência.

Todo enunciado situa-se num campo intersubjetivo, e esta característica reforça o fato do ato de fala ser sempre datado “hora, minuto e segundo” como bem assinalou Deleuze (1995, p.19). Por isso, ele não pode ser repetido ou reproduzido; quando ocorre de novo já é um novo ato.

2.3.3

O lugar da intenção

O maior dos impasses encontrados pelo pensamento de Austin, e que sempre vem à tona nas discussões de seus estudiosos e críticos, reporta-se à questão da intenção. O ato ilocucionário seria um ato intencional ou não? Dizer que sim ou que não implica toda a compreensão e interpretação de suas idéias. Este impasse parece ser gerado pela maneira como os autores concebem a *intenção*.

Austin se referia ao ilocucionário como um ato intencional, mas intenção para ele não se coaduna ao sentido de algo pretendido, premeditado por um sujeito. Em um artigo intitulado “*Three Ways of Spilling Ink*”, ele chega a fazer uma diferenciação entre os termos *deliberação*, *intenção* e *propósito* (Austin, 1970) – comumente vistos como sinônimos. A nosso ver, estes três termos, tais

como definidos por ele, se ajustam perfeitamente às dimensões locucionária, ilocucionária e perlocucionária (nesta mesma ordem).

O ponto crucial em torno do qual parece se situar a diferença entre estes termos é o controle do sujeito. A *deliberação* se define como uma faculdade consciente, aquilo que o sujeito decide fazer ou não, tendo total controle sobre isso; aqui se situa a dimensão locucionária que, como vimos, é o ato *de* dizer algo. O termo *propósito* refere-se aquilo que o sujeito quer ou pretende obter como efeito, utilizando-se da fala como instrumento – aspecto perlocucionário. É quando se fala querendo enganar, convencer, seduzir, etc. Esta é uma dimensão da fala muito familiar à clínica psicanalítica: podemos até dizer que é a fala histórica por excelência. Neste caso, o controle deixa de ser absoluto, pois o propósito pode falhar, já que vai envolver necessariamente a reação do ouvinte. Vejamos agora como fica a *intenção*. Para Austin, a intenção é vista como *a posteriori* ao ato e depende do outro a quem o ato se dirige para se consolidar. Se dou uma ordem e o outro ri de mim, a intenção (força) ilocucionária não se concretizou. A intenção nos parece muito similar à noção de força, e este termo “força ilocucionária”, tem a vantagem de não estar contaminado com o sentido de algo prévio. Aqui o controle escapa ao sujeito, pois a intenção é indissociável da função do ouvinte (como vimos ele tem um papel ativo na constituição do significado).

Não há, entretanto, um consenso entre os comentadores de Austin a respeito da intenção. No presente trabalho, compartilhamos a opinião daqueles que afirmam que a teoria dos atos de fala rompe com a intencionalidade centrada no sujeito falante, como defende Ottoni (1998). Para ele, a visão performativa da linguagem desmantela a idéia de intenção e isso se deve às conseqüências do conceito de *uptake*. Diz ele:

Não é possível mais falar de uma intenção do sujeito (falante), já que esta intenção não é e não pode ser mais unilateral. (Ottoni, 1998, p.81)

Na proposta austiniana, a intenção não pertence somente ao sujeito falante que a transmite, mas é garantida, via uptake, pelo sujeito ouvinte para assegurar a apreensão. (Ottoni, 1998, p.85)

O fato de não termos o controle de tudo que falamos, e portanto, de tudo que fazemos ao falarmos nos é bastante evidente. Temos aí toda teoria dos atos

falhos de Freud para corroborar este fato. Tanto no caso dos atos de fala, quanto no dos atos falhos, uma análise da “intenção” só pode ser feita *a posteriori*.

2.4

Interlocuções entre Austin e a psicanálise

Cada vez mais, a apropriação da teoria dos atos de fala por autores que se dedicam ao estudo da psicanálise tem se tornado comum.² São diversas as brechas que podem ser exploradas e articuladas, tanto no âmbito metapsicológico como clínico. Em nosso trabalho estamos privilegiando uma articulação do papel da linguagem na clínica psicanalítica com a teoria dos atos de fala, por motivos que serão expostos a seguir.

2.4.1

Pulsão e Linguagem

Para apresentar esta articulação contaremos com o estudo minucioso de Rudge (1998) sobre o tema. Neste livro a autora defende a idéia de que as relações entre pulsão e linguagem não são de oposição e exclusão, muito pelo contrário: a linguagem para a psicanálise é encharcada de pulsão e desejo. Partindo deste pensamento, a autora desenvolve sua argumentação no sentido de mostrar como a linguagem tal como concebida pela teoria dos atos de fala serve mais adequadamente à psicanálise, devido ao fato de esta ter a pulsão como um conceito fundamental, do que a lingüística estruturalista.

Um estudo do papel da linguagem em psicanálise tem que levar em conta na transmissão da língua, sua articulação à tradição, sendo este seu caráter social e convencional, mas também a configuração pulsional, da qual é inseparável, e “que se apóia na singularidade da relação desejante que permeia essa transmissão”. (Rudge, 1998, p.90)

Para a psicanálise, a pulsão é o motor de toda atividade psíquica, incluindo, portanto, a fala, instrumento privilegiado pelo qual a pulsão busca

² Podemos citar como referência alguns autores trabalhados neste estudo: Felman (1980), Forrester (1990), Rudge (1998).

satisfação. Na experiência clínica, lida-se o tempo todo com os efeitos das pulsões. Uma das formas mais expressivas onde podemos perceber esses efeitos é o ato falho, selando definitivamente a ligação da linguagem com a psicanálise. Segundo Rudge, toda a teorização a respeito do ato falho é o primeiro terreno, na obra freudiana, para se pensar o ato em psicanálise.

Quanto a Lacan, a autora defende que o uso feito por ele da lingüística saussuriana como modelo para a psicanálise foi sendo progressivamente restringido devido a graves incompatibilidades entre os dois campos. Para a autora, o fato de Lacan ter deixado por muito tempo o conceito de pulsão num relativo segundo plano, deve-se a esta incompatibilidade; a pulsão não “cabia” no modelo estruturalista.

Com relação à adequação das categorias da lingüística estrutural à psicanálise, uma experiência fundada na fala e que tem a interpretação como instrumento de cura, uma experiência dialógica, essas críticas evidentemente se sustentam. A língua, abstração que não considera o sujeito nem as práticas sociais em que se fala, não se adequa à abordagem da fala interpretativa e de seu poder mutativo, neste contexto específico que é o do tratamento, em que o que se visa é o desejo inconsciente presente neste campo, não *in effigie*, mas como as regras estão presentes em um jogo de tênis, na imagem de Politzer. (Rudge, 1998, p.93)

Finalmente, ela apresenta qual seria o melhor tratamento da articulação entre pulsão e linguagem, a seu ver inseparáveis, e mais que isso qual a perspectiva de linguagem que melhor se afina à psicanálise. Assim é feita a ponte com a teoria dos atos de fala.

Para a psicanálise, o interesse de pensar a linguagem dentro do modelo austriano, e não de acordo com a lingüística estrutural, diz respeito ao fato de que a teoria, na psicanálise, é totalmente apoiada na experiência psicanalítica, o que a diferencia de qualquer conhecimento especulativo. Teoriza-se sobre uma prática de linguagem em que a transferência é o eixo central condutor do ato psicanalítico, e que se justifica pela ação mutativa da interpretação. (Rudge, 1998, p.98)

Portanto, para pensar a linguagem dentro de uma perspectiva psicanalítica, uma linguagem permeada pela pulsão, onde o que se diz deve ser sempre contextualizado, onde se deve levar em conta a maneira como é dito, onde a fala não se resume a relatos ou descrições de fatos, mas é uma fala ativa, capaz de gerar mudanças e transformações, torna-se evidente que a visão performativa da linguagem tem muitas contribuições a dar, se comparada a outras abordagens.